

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

O Servidor Público na Reforma Administrativa e Previdenciária

Numa análise diacrônica, cumpre entender a dinâmica social como o processo de adaptação dos componentes de uma sociedade a uma realidade que se apresenta nova ou a novas maneiras de pensar essa mesma realidade. Essa evolução obriga o corpo social a, continuamente, ajustar-se às necessidades que se lhe deparam. Caso tais ajustes não ocorram em tempo hábil, ocorre o que se pode denominar de crise, ou seja, um descompasso entre os elementos de que se dispõe e os que, na verdade, seriam precisos.

Aplicando esse raciocínio à história recente do Brasil, constata-se ter sido a situação descrita o móvel que acarretou as propostas de reforma de certos elementos do Estado, pois abriu-se um fosso entre a sua capacidade de cumprir suas funções e as reais necessidades da população, o que se poderia resumir como uma crise gerencial do Estado brasileiro.

Apenas admitir que a Administração Pública não estava sendo eficiente no cumprimento das tarefas que lhe competiam não era suficiente; eram prementes ações que lhe permitissem adequar-se aos novos tempos e às novas exigências. Nesse sentido, é possível entender as reformas, algumas já concretizadas e outras em fase de aprovação pelo Poder Legislativo, do corpo administrativo do bem público, quer quanto à sua estrutura, quer quanto aos seus servidores.

Entre as propostas já consubstanciadas em leis, encontram-se aquelas relativas à reforma administrativa e à previdenciária, ambas, como não poderia deixar de ser, com a função de reorganizar a gestão dos recursos humanos nos órgãos públicos, principalmente em vista das transformações sócio-políticas e mesmo tecnológicas pelas quais passa o País neste fim de milênio. Em tal contexto, não se pode furtar o servidor público de participar do processo de superação da crise, cujo fim último é permitir que o Estado, na medida das necessidades da população, a elas dê atendimento, sem excluir qualquer cidadão.

As mudanças na legislação implicam adaptação dos gestores públicos aos dispositivos legais que passam a vigorar; é necessário conhecê-los e dar-lhes plena eficácia. Com esse objetivo, o Conselho da Justiça Federal reúne, de hoje a quinta-feira, doutos palestrantes, que se dispuseram a contribuir, com seus conhecimentos e experiência, para o esclarecimento da nova situação dos servidores públicos após a recente aprovação das normas que, de ora em diante, os regerão.

Encerrando estas breves palavras, auguro que este Seminário alcance seus objetivos e que a ordenação jurídica ora instalada propicie ao servidor meios para continuar construindo um país melhor, no qual haja paz e justiça.

* Discurso Proferido em 9 de novembro de 1999 por ocasião da abertura do Seminário "O Servidor Público na Reforma Administrativa e Previdenciária", no Auditório do Conselho da Justiça Federal.